

A RAZÃO POLÍTICA: ESTADO MODERNO E RACIONALIDADE EM HENDRIK SPRUYT, CHARLES TILLY E CARLES BOIX

Eric Monné Fraga de Oliveira¹

Resumo:

A temática da racionalidade possui uma centralidade quase incomparável no pensamento moderno e, portanto, nas Ciências Humanas como um todo, apesar das diversas críticas que foram feitas ao longo das últimas décadas à ideia de que o ser humano é um ser predominante ou essencialmente racional. No presente artigo, discutimos como essa temática se mantém presente na Ciência Política, através da análise de três obras exemplares da teoria política durante os últimos vinte anos, todas pertencentes a diferentes filiações teóricas. A partir das abordagens de Hendrik Spruyt, Charles Tilly e Carles Boix, pretendemos mostrar como o pensamento contemporâneo acerca do Estado moderno continua pautado pela problemática da racionalidade. Concluímos que, de maneiras distintas e em diversos graus de explicitude, os três autores atribuem centralidade ao papel da racionalidade dos agentes sociais tanto em processos relativos à formação do Estado moderno quanto em processos de democratização e desdemocratização.

Palavras-chave: Racionalidade; Estado Moderno; Ação Racional; Processos de Democratização.

Resumen:

El tema de la racionalidad tiene una centralidad casi incomparable en el pensamiento moderno y, por lo tanto, en todas las disciplinas de las Humanidades, pese a las innúmeras críticas que han sido hechas, al largo de las últimas décadas, a la idea según la cual el ser humano es, esencial y predominantemente un ser racional. En el presente artículo, nosotros discutimos la actualidad de ese tema en la Ciencia Política a través del análisis de tres obras ejemplares de la teoría política de los últimos veinte años, todas pertenecientes a ramas teóricas distintas. Partiendo de los abordajes de Hendrik Spruyt, Charles Tilly y Carles Boix, intentamos demostrar el pensamiento contemporáneo acerca del Estado moderno continua estando marcado por la problemática de la racionalidad. Llegamos a la conclusión de que, por caminos distintos y con diferentes niveles de explicitud, los tres teóricos atribuyen centralidad al papel de la racionalidad de los agentes sociales en los procesos de formación del Estado moderno y los procesos de democratización y desdemocratización.

Palabras-clave: Racionalidad; Estado Moderno; Acción Racional; Procesos de Democratización.

Abstract:

Rationality has an almost incomparable centrality in the modern thought and, therefore, in all Humanities' academic disciplines, despite the several criticisms that have been made towards the idea that the human being is essentially or mainly a rational throughout the past few decades. In the present article, we discuss how this theme remains present in the Political Science, by analyzing three exemplary works in political theory produced in the past twenty years. Focusing on the approaches provided by Hendrik Spruyt, Charles Tilly and Carles Boix, which belong to distinct theoretical affiliations, we intend to show how contemporary thought regarding the modern State is still sustained by the problematic of rationality. We conclude that, although through different ways and with different degrees of explicitness, the three theorists assign a central role to the rationality of social agents at both the modern State's formation processes and the democratization and de-democratization processes.

Keywords: Rationality; Modern State; Rational Action; Democratization Processes.

¹ Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutorando em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ).

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é discutir a noção de racionalidade como um conceito basilar à teoria política contemporânea, sobretudo no que se refere à democracia e ao Estado nacional moderno. Para isso, como foco da análise, elegemos três autores fundamentais da teoria política contemporânea: Hendrik Spruyt, com sua abordagem relativa à formação do Estado soberano territorial; Charles Tilly, com seu trabalho sobre os processos de democratização e desdemocratização no Estado moderno; e Carles Boix, com seu argumento acerca da democratização e a escolha de regime político pelos agentes dentro do Estado moderno.

Nossa escolha baseou-se no fato de que os nomes citados são representativos de diferentes propostas analíticas dentro da teoria política contemporânea e, ao mesmo tempo, apresentam, como ponto de convergência, a noção de racionalidade como pressuposto para seus escritos sobre o Estado moderno.

Com isso em vista, a primeira obra a ser abordada é *The Sovereign State and its Competitors* (1996) de Hendrik Spruyt. A segunda formulação teórica escolhida é a que foi criada e utilizada por Charles Tilly em *Democracy* (2007). Finalmente, o terceiro livro que formará parte do corpo central da discussão aqui apresentada é *Democracy and Redistribution* (2003), de Carles Boix. Trata-se de três formas distintas de abordagem e o interesse aqui não é aproximar-las ou, tampouco, apresentá-las como opostas, mas sim, mostrar como a questão da racionalidade, a partir da ação social, no âmbito do Estado moderno, aparece como estruturante de cada uma dessas formulações. Além das construções teóricas desses autores, utilizaremos contribuições pontuais ou mesmo conceituais de outras propostas analíticas adequadas ao propósito deste trabalho.

Como dissemos, a noção de racionalidade parece como pressuposto fundamental, condição básica de existência, das obras em foco. De fato, os autores não têm como objetivo se debruçar sobre tal conceito. Ainda assim, a racionalidade constitui fator estruturante de suas análises. Em outras palavras, pretendemos mostrar como tal noção fundamenta, interna e tacitamente, a teoria política contemporânea.

Devemos, portanto, esclarecer o que queremos dizer a partir do termo “racionalidade”, chave interpretativa deste trabalho. Para tanto, realizamos, a seguir, uma breve discussão dessa questão, tomando como base as considerações de Donald Levine (2005) sobre a racionalidade em Max Weber.

2. RACIONALIDADE E AÇÃO SOCIAL EM MAX WEBER: *ZWECKRATIONALITÄTE WERTRATIONALITÄT*

Existe uma longa tradição na Filosofia, na Sociologia, na Ciência Política e na Economia que encontra na noção de racionalidade e em seus termos correlatos (razão, racionalização, racionalismo) sua preocupação central. Os intelectuais e pesquisadores que se debruçaram sobre essa questão, entretanto, não ofereceram uma conceituação unívoca.

Buscamos, pois, encontrar não a mais elaborada, rica e precisa das definições, mas aquela mais adequada para lidar com a maneira pela qual esse conceito aparece nas análises de Tilly, Boix e Spruyt. Dentre as possíveis abordagens do conceito de racionalidade, escolhemos a proposta weberiana², na qual esse conceito possui centralidade, com particular atenção à problemática da especificidade do racionalismo ocidental. Propomos pensar a racionalidade em Weber partindo dos comentários tecidos por Donald Levine.

O autor inicia sua interpretação com uma diferenciação entre dois níveis distintos pelos quais o conceito de racionalidade aparece em Weber: o “objetivo” e o “subjetivo”. A racionalidade objetiva se situa no plano histórico, dizendo respeito a diferentes formas de organização da vida social e os processos históricos. É nesse nível que se situa, por exemplo, a questão da especificidade da racionalização no Ocidente, e é apenas aí que Levine distingue quatro formas de racionalidade: instrumental, conceitual, substantiva e formal. O nível da racionalidade subjetiva, entretanto, é de maior interesse à presente análise, uma vez que o que pretendemos ressaltar aqui não são os processos históricos de racionalização, mas o papel da racionalidade na ação dos agentes dentro da esfera política, tal como ela aparece nas obras em foco de Boix, Spruyt e Tilly.

A racionalidade subjetiva aparece a partir da própria definição do objeto sociológico em Weber: a ação social. Para compreender, especialmente em análises comparativas, a ação social, Weber produz uma tipologia da ação social, segundo a qual esta pode ser: tradicional, afetiva, racional referente a valores ou racional referente a fins

² A nosso ver, dentro das linhas que poderiam ser destacadas, duas oferecem a amplitude analítica necessária para pensar a questão da racionalidade em Tilly, Boix e Spruyt: de um lado, aquela compreendida pela(s) Teoria(s) da Escolha Racional; de outro, a linha desenvolvida pela Sociologia de Max Weber. Embora as teorias da escolha racional se definam como positivas, concordamos com a consideração de John Ferejohn e Pasquale Pasquino (2001), segundo a qual as teorias da escolha racional devem ser consideradas como normativas, uma vez que elas assumem um mundo social baseado em agentes racionais maximizadores. Essa presunção indiscriminada de racionalidade das teorias da escolha racional é interpretada por Ferejohn e Pasquino antes como uma força normativa do que como uma interpretação positiva da realidade: “as evidências experimentais existentes em grande abundância sugerem que as pessoas se desviam sistematicamente das previsões da teoria da escolha racional” (FEREJOHN & PASQUINO, 2001, pp.5-6).

(WEBER, 2000). Weber separa, portanto, as ações sociais racionais das não-racionais³, e, mesmo dentro das ações racionais, existe uma distinção entre *Wertrationalität* (guiada por um ou mais valores) e *Zweckrationalität* (guiada pela finalidade; racionalidade instrumental). Levine observa essa distinção e as situa como formas de racionalidade no nível subjetivo. O que se deseja sublinhar com isso é que ambas estão atreladas aos significados subjetivos que os agentes atribuem à sua ação. Entre esses dois tipos de racionalidade na ação social, Weber coloca uma diferença fundamental: comparada à *Zweckrationalität*, a *Wertrationalität* sempre será menos racional, e tanto mais irracional será quanto mais supremo(s) for(em) o(s) valor(es) que a guia(m). Em outros termos, a relação entre meios e fins – ideia básica do conceito de racionalidade em Weber – é mais corretamente adequada na *Zweckrationalität* do que na *Wertrationalität*.

Neste trabalho, o que nos interessa é a questão da racionalidade da ação social dentro da esfera política. Se nessa esfera os agentes forem, sobretudo, marcados pela racionalidade instrumental, então se pode presumir que o ponto central de seus interesses é a maximização de seus recursos (acima de tudo os recursos políticos, mas não apenas esses) – individuais ou grupais –, sem estarem orientados por valores ou paixões em sua ação. O próprio Weber, não obstante, apesar de atribuir certa centralidade à *Zweckrationalität* – enquanto objeto de pesquisa – na sua obra, não interpreta o comportamento dentro da esfera política, particularmente na associação política do Estado, como um comportamento livre de valores e paixões. Em *A Política como Vocaçao*, Weber demonstra em diversas passagens a necessidade analítica de se pensar a política como uma esfera repleta de valores e afetos. Tomando os agentes políticos profissionais como seu referencial, Weber diz que “a política [...] exige tanto paixão como perspectiva” (1982, p.153), isto é, ela não se basta como paixão “pura” nem como racionalidade “pura”, necessitando tanto do empenho criado pelas paixões e guiado pelos valores com direção a uma finalidade específica, quanto da capacidade de adequar os meios disponíveis aos fins perseguidos.

É importante notar que Weber se refere à política nesse texto como “a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado” (p.98). O Estado, definido não em termos de seus fins, mas em termos dos meios peculiares a ele, é descrito como “uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado

³ Essa separação, entretanto, não é absoluta. Pelo contrário, Weber admite que dificilmente existe uma ação social constituída por apenas uma dessas categorias tipológicas. A grande maioria das ações sociais é na verdade marcada por mais de uma ou mesmo todos os tipos de ação social.

território” (p.98, itálico do original). Em suma, o Estado moderno aparece em *A Política como Vocaçao* como “uma associação compulsória que organiza a dominação” (p.103).

Seria possível argumentar que a presença da paixão e dos valores na política sob a análise weberiana presente em *A Política como Vocaçao* não seria suficientemente válida para nossa análise, uma vez que, nesse texto, Weber se preocupou com um dos três tipos puros de legitimação da dominação: “domínio em virtude da dedicação, dos que obedecem, ao ‘carisma’ exclusivamente pessoal do ‘líder’” (p. 99). Dessa forma, Weber retiraria o foco tanto do domínio tradicional, que repousa sobre a autoridade do ontem eterno, quanto do domínio “legal” ou “racional” do moderno servidor do Estado, que repousa sobre a crença na legalidade de um estatuto e na competência dos servidores. Ora, se estivesse excluída a dominação burocrático-racional da análise weberiana nesse texto, como seria possível utilizá-lo para ajudar a delimitar a questão da racionalidade na política? A resposta é, de certa maneira, relativamente simples e pode ser deduzida da seguinte passagem:

A dedicação ao carisma do profeta, ou ao líder na guerra, ou ao grande demagogo na *ecclesia* ou no parlamento, significa que o líder é pessoalmente reconhecido como o líder inherentemente ‘chamado’ dos homens. Os homens não o obedecem em virtude de tradição ou lei, mas porque acreditam nele (p. 100, itálico do original).

Weber se refere, portanto, aos políticos de vocação, os quais “são em toda parte as únicas figuras decisivas nas correntes cruzadas da luta política pelo poder” (p.100). Coloquemos isso em outras palavras: os políticos profissionais dos modernos regimes representativos são escolhidos por aqueles que eles deverão representar na luta política; e o são porque os responsáveis por sua escolha acreditam neles. Eles são escolhidos, então, porque aqueles que os escolhem acreditam que tais políticos profissionais são capazes de representar, pelo menos em certa medida, seus interesses e seus valores. Dessa maneira, tanto o ato da escolha da representação política (realizado tanto pelos membros dos partidos na escolha de seus líderes, quanto pelos eleitores), quanto a atuação política dos políticos profissionais aparecem como racionais, ainda que sem abandonar os afetos e os valores.

Em *A Política como Vocaçao*, o pensamento de Weber sobre a ação social na esfera política não reduz tal ação à *Zweckrationalität*, mas tampouco exclui a forte adequação entre meios e fins dessa racionalidade instrumental. Em realidade, a definição que Ferejohn e Pasquino oferecem para a ação racional parece ser conciliável ao que podemos inferir a partir da contribuição weberiana: “um ato racional é um ato que foi escolhido porque está

entre os melhores atos disponíveis para o agente, dadas as suas crenças e os seus desejos” (2001, p.7). Analisaremos, portanto, como se verá a seguir, a questão da racionalidade em Tilly, Spruyt e Boix na esfera política a partir da definição de Ferejohn e Pasquino, na medida em que ela apresenta uma forma de abordar a perspectiva weberiana acerca da ação social no âmbito da esfera política do Estado moderno, particularmente nos regimes representativos.

3. HENDRIK SPRUYT: O ESTADO SOBERANO TERRITORIAL COMO PRODUTO INTENCIONAL

Definidas as questões preliminares, podemos começar a lançar a luz sobre o nosso problema central: como a questão da racionalidade aparece dentro das obras escolhidas dos três autores que constituem nosso foco de atenção? Para isso, decidimos abordar individualmente cada um dos autores, trazendo alguns de seus conceitos centrais e as maneiras pelas quais a questão da racionalidade se apresenta em cada um deles. Mais adiante, à guisa de nossas conclusões, traçaremos os distanciamentos e as aproximações presentes entre os autores sobre os conceitos que eles apresentam e as abordagens de tais conceitos do ponto de vista da questão da racionalidade. Para isso, começaremos com Hendrik Spruyt.

Diferente de Boix e Tilly, a preocupação central da análise de Hendrik Spruyt em *The Sovereign State and its Competitors* (1996) não é com a relação entre democracia e (re)distribuição ou com os processos de democratização e desdemocratização, mas com a formação dos Estados territoriais soberanos. Spruyt assumiu a tarefa de explicar como surgiu o atual formato do Estado soberano, porque ele existiu por tanto tempo e como pode vir a se dar o processo de sua queda, a partir da comparação entre três formas de associação política que surgiram ainda no começo do declínio do feudalismo: as cidades-Estado italianas, a Liga Hanseática e o Estado Francês. Sua questão primordial é: “por que a territorialidade soberana deslocou lógicas de organização não-soberanas e não-territoriais, e como isso afeta os assuntos internacionais” (SPRUYT, 1996, p. XI)⁴?

A soberania emerge para o autor como uma inovação histórica surgida no final da Idade Média, responsável pela mudança no sistema político internacional europeu. Ela reside na autoridade política baseada no princípio da exclusividade do poder, o que significa que existe uma hierarquia interna bem-definida e uma autonomia em relação às forças

⁴ Todas as citações dos textos em inglês ou castelhano estarão em português (tradução nossa).

externas, dois elementos fundamentais para o Estado moderno. Spruyt “analisa o desenvolvimento da hierarquia dentro das organizações políticas e os efeitos da soberania sobre as relações entre Estados” (p.3). Essa preocupação com a origem do Estado soberano provém das mudanças sociais de larga escala, tais como “a interdependência econômica, desastres ecológicos, e a globalização dos mercados financeiros” (p.3), presentes no último decênio do século passado, quando o livro foi escrito. Tais mudanças podem reorganizar as instituições políticas e, para compreender as maneiras pelas quais isso pode acontecer, Spruyt se debruça sobre as mudanças que formaram as atuais instituições políticas e os processos pelos quais tais transformações ocorreram.

O autor aponta um problema comum às análises sobre mudanças sistêmicas das quais ele busca divergir: elas tendem a ver tais mudanças como uma evolução institucional linear, como se o Estado soberano tivesse surgido como a única forma de associação política possível capaz de substituir a ordem feudal, enquanto, na realidade, ele concorreu com outras formas de organização, como as ligas de cidades, as cidades-Estado e as comunas independentes. Segundo o argumento de Spruyt, a competição política entre as novas formas de organização acabou por extinguir as formas menos eficientes, como uma seleção natural das organizações políticas – ponto a que retornaremos mais adiante.

Essa ideia de “seleção competitiva”, central à sua análise sobre o predomínio dos Estados soberanos, é baseada em duas teorias principais. A primeira delas provém da historiografia de Fernand Braudel, segundo a qual há três ritmos da mudança histórica: o da vida cotidiana, o mais rápido dos três, baseado no tempo do indivíduo e chamado de *histoire evenementielle*; o intermediário, da história social, em que os ciclos de mudança podem levar de dez a cinquenta anos, denominado de história das *conjunctures*; e o ritmo quase imperceptível da *longue durée*, em que as condições materiais permanecem constantes por longos períodos. Em resumo, existem os ritmos instantâneos, cíclicos e de longa duração, em uma linha que vai da agência do instantâneo à estrutura da longa duração.

A segunda teoria que embasa o pensamento de Spruyt provém da biologia evolucionista de Stephen Jay Gould e seu modelo de equilíbrio pontuado, que é utilizado para explicar aquilo de que o modelo braudeliano não daria conta. Em Gould, a evolução não aparece como sinônimo de progresso, mas de adaptação aos novos ambientes e circunstâncias. Spruyt transpõe esse argumento da Biologia para a História política: as associações políticas mais adequadas às circunstâncias tendem a permanecer e, quanto mais adequadas, mais predominantes podem se tornar. Segundo sua teoria, o sucesso de uma forma de organização social depende de seu contexto e das alternativas simultâneas que se

apresentam. Além disso, para que essas mudanças institucionais ocorram, é necessário que haja transformações nas coalizões de poder dominantes ou nos interesses e percepções dos agentes e grupos políticos envolvidos.

Segundo o argumento de Spruyt, foram as mudanças econômicas – e não as inovações nas formas de produção da guerra –, isto é, a expansão na rede de trocas e da economia monetária na Europa (que também aparecem como o “renascimento econômico europeu”), que possibilitaram os novos arranjos políticos e precederam a alteração nos métodos e tecnologias de produção da guerra. O autor ressalta, então, três diferenças principais entre a organização política feudal e a organização do Estado soberano territorial: a lógica feudal carecia de uma hierarquia bem-definida; seu domínio territorial não garantia exclusividade; e seu controle era imperfeito. Ao mesmo tempo, tanto os modos de organização política da Igreja quanto do Sacro-Império Romano-Germânico se pretendiam universais, translocais, sem reconhecer fronteiras territoriais, baseando a autoridade na fé e no poder militar, respectivamente (embora o Sacro-Império também se valesse de autoridade nos assuntos de fé). A soberania moderna reside, portanto, na estruturação de uma hierarquia interna bem-definida e em uma sólida demarcação territorial.

Os rearranjos políticos gerados pelas transformações econômicas são basilares à análise de Spruyt: as amplas e profundas mudanças externas podem assumir uma variedade de repercuções internas, criando novas alianças políticas a partir de seus interesses e quadros conceituais compartilhados. O autor enxerga certa adequação entre as motivações dos agentes, seus interesses e certos tipos de organização política, e, diferente da abordagem que Norbert Elias apresenta sobre os processos macrossociais⁵, particularmente em *O Processo Civilizador* (1993; 1995), Spruyt enxerga intencionalidade nas ações dos agentes para construir o Estado soberano territorial moderno. Spruyt argumenta que “o Estado soberano precisa ser imaginado e personificado antes que possa existir” (p.67), sendo, portanto, o produto da *ratio* de agentes e grupos políticos interessados.

Em outras palavras, Spruyt parece não realizar uma distinção clara entre racionalidade e intencionalidade. Ao ignorar essa distinção, o autor desconsidera uma longa trajetória que esse assunto encontra “na teoria social moderna desde Adam Smith até Max

⁵ Em outro momento histórico, é certo, uma vez que o recorte temporal de Elias se situa em torno da formação dos Estados absolutistas – sendo seu objeto as mudanças no comportamento relacionadas a essa formação política –, enquanto Spruyt situa o início de sua abordagem alguns séculos antes, investigando as condições que tornaram possível a formação dos Estados territoriais soberanos que deram origem aos Estados absolutistas.

Weber, passando por Marx e Engels, Wundt e Pareto" (HIGGINS, 2011, p. 265). Podemos observar, sobretudo, que Spruyt difere tanto de Robert K. Merton (1936), por não observar os efeitos não-intencionais da ação intencional quanto de Anthony Giddens, por não considerar que os efeitos impremeditados das ações racionais de atores individuais "podem sistematicamente realimentar-se para constituírem as condições não reconhecidas de novos atos" (GIDDENS, 2009, p.9). Para prosseguirmos à nossa análise, realizaremos, então, a necessária distinção entre racionalidade e intencionalidade. Racionalidade permanece como foi definida por Ferejohn e Pasquino, enquanto a ideia de "intencional" será tomada a partir da definição oferecida por Giddens, de inspiração mertoniana: "um ato que seu perpetrador sabe, ou acredita, que terá uma determinada qualidade ou desfecho e no qual esse conhecimento é utilizado pelo autor para obter essa qualidade ou desfecho" (p.12). Dessa maneira, podemos dizer: 1) que toda ação instrumental-racional é intencional, mas nem toda ação intencional é racional-instrumental; e 2) que macroprocessos sociais, como a formação do Estado moderno, são em grande parte produtos não-intencionais de ações intencionais.

De acordo com Spruyt, a seleção das formas políticas ocorre por duas vias: 1) pela pressão sistêmica sobre as formas menos competitivas e 2) pelas escolhas dos atores, que mudam de alianças em favor das formas políticas que se lhes apresentarem como as mais favoráveis. Dessa forma, existem três motivos principais, de cima para baixo, para os Estados soberanos terem sobrevivido e superado as outras formas de organização: menor deficiência comparativa em sua lógica interna; maior capacidade de cumprir seus compromissos; e a exclusão que os Estados soberanos realizavam de agentes que não se adequavam à sua ordem. Concomitantemente, existe também uma razão de baixo para cima: as vantagens que os indivíduos podem obter na cooperação interna a longo prazo.

A racionalidade se apresenta atrelada à intencionalidade no processo de construção do Estado soberano territorial na análise de Spruyt. De acordo com ele, a formação do Estado moderno é produto, sobretudo, da *ratio* das elites, mas também da população sob o domínio do Estado – embora o autor dedique pouca preocupação a essa segunda parte da equação. Na verdade, ele apenas chama atenção para essa questão quando indica a única razão ("de baixo para cima") para os indivíduos que não fazem parte da elite política apoiarem a formação do Estado moderno. Existem, portanto, simultaneamente, uma racionalidade instrumental na ação social dentro da esfera política e um alto nível de intencionalidade dos agentes: as ações tinham como *intenção* produzir e construir o Estado

soberano territorial. Dentro dessa análise, portanto, não apenas havia uma adequação entre meios e fins calculada racionalmente, como o objetivo foi alcançado com sucesso.

4. CHARLES TILLY: PROCESSOS DE (DES)DEMOCRATIZAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA

Democracy é uma das obras finais de Charles Tilly. Ela apresenta uma preocupação tanto com processos de democratização e desdemocratização, quanto com a questão da capacidade estatal dentro desses processos. Publicada pela primeira vez em 2007, em vez de ser um tratado geral sobre a democracia, a obra busca analisar uma multiplicidade de processos históricos concretos ao redor do mundo que culminaram em formas democráticas de governo e, a partir daí, identificar os pontos necessários para se definir o que é democracia e quando um governo pode ser considerado democrático ou não. Nesse sentido, as primeiras perguntas centrais do livro são: 1) como definir o que é uma democracia? e 2) como definir se uma determinada forma de governo é qualificada para ser considerada uma democracia?

Crítico à Teoria da Modernização (ROSAS, 2007), Tilly trata a democracia em termos do papel do Estado. Sua análise se baseia, sobretudo, na construção de um quadro conceitual que coloca em evidência, de um lado, o grau de capacidade estatal (que Tilly considera vital para supervisionar, manter e tornar efetiva a democracia) e, do outro, o nível de democracia. Esse quadro é utilizado para compreender as variações dos processos em torno desses dois eixos ao longo da história e as maneiras pelas quais esses dois eixos se relacionam e influenciam mutuamente. Dentro desse quadro teórico, a democratização é entendida como “um processo dinâmico que sempre permanece incompleto e perpetuamente corre o risco de sua reversão” (TILLY, 2007, p. 11). Isso significa que Tilly não produz uma visão “evolucionista” da democratização, na qual as sociedades caminhariam quase que naturalmente rumo a formas mais democráticas de governo, de modo que, uma vez abandonados os estágios “anteriores”, marcados por governos baseados em autarquia, tirania e oligarquia, o processo de democratização seria irrefreável, irresistível e irreversível. Dessa maneira, a análise de Tilly sobre os processos de democratização se situa como crítica à Teoria da Modernização. Da preocupação com esse processo surge a terceira questão central da obra: como ocorrem a democratização e o seu processo reverso, a desdemocratização?

Para entender como isso funciona, Tilly busca, antes, delimitar um conceito de democracia. Democracia aparece primeiramente como “uma certa classe de relações entre Estados e cidadãos, e democratização e desdemocratização consistirão em mudanças nesses tipos de relações” (2007, p.12). Regime, outro conceito importante para Tilly, fica a princípio definido como “o conjunto de relações entre Estados e cidadãos” (2007, p.12) e, depois, outros agentes políticos maiores, como partidos, sindicatos e corporações, serão incluídos nessa definição. Tendo dito isso, Tilly apresenta sua definição de democracia: “*um regime é democrático na medida em que as relações políticas entre o Estado e seus cidadãos apresentam consulta ampla, igualitária, protegida e mutuamente vinculante*” (pp.13-14, itálico do original). Nesses termos, democratização significa mudança em direção a uma consulta mais ampla, igualitária, protegida e mutuamente vinculante, enquanto desdemocratização representa o processo reverso.

Sem procurar condições básicas universais para a democracia, Tilly identifica processos necessários à democratização, que se resumem em “mudanças em três áreas: redes de confiança, desigualdade de categorias e centros de poder autônomos” (2010, p.109). As redes de confiança dizem respeito às relações interpessoais, consistentes e coesas, envolvendo muitos recursos e tarefas a longo prazo, podendo constituir um empecilho à democratização se se mantêm totalmente separadas do governo. A desigualdade de categorias toca questões de “gênero, raça, casta, etnia, nacionalidade, religião e, às vezes, classe social” (2010, p.111), dizendo respeito à desigualdade de direitos e deveres sociais e políticos dentro de tais categorias. Sempre que o Estado não diminuir os efeitos dessa desigualdade na vida política (seja mantendo ou aumentando tais efeitos), ele estará contribuindo para a desdemocratização. Os centros de poder autônomos situam-se “fora do controle da política pública e fora das interações regulares cidadão-Estado” (2010, p. 111). Em outras palavras, essas áreas englobam as “formas disponíveis de participação política, relações sociais entre participantes e conexões variáveis entre as redes de confiança e a política pública” (2010, p. 115), e apenas certas combinações desses três elementos podem produzir democracia.

Tilly se ocupa, portanto, tanto dos processos de democratização ou desdemocratização, quanto das mudanças no grau de capacidade estatal. Tendo abordado esses tópicos, podemos partir para a inserção da racionalidade (e da intencionalidade) na ação política em Charles Tilly. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que, em *Democracy*, Tilly não trata os processos democráticos como produtos da *Zweckrationalität* de agentes políticos determinados em produzir uma relação democrática entre o Estado e seus

cidadãos. Dentro da abordagem de Tilly, processos de democratização e desdemocratização, bem como de aumento ou redução da capacidade estatal, podem mesmo ser produtos não-intencionais ou indiretos das ações⁶.

Em trabalho sobre movimentos sociais, conduzido com Douglas McAdam e Sidney Tarrow, Tilly critica a teoria da escolha racional, segundo a qual o agente na sua relação com um movimento social aparece como “um *outsider* isolado decidindo se vai ou não aderir a uma certa ação coletiva ‘oferecida’ por algum tipo de empreendedor” (MCADAM, TARROW & TILLY, 2009, p.30, itálico do original). Em outras palavras, as perspectivas da escolha racional, segundo as quais as escolhas de adesão dos agentes aos movimentos sociais se baseiam em uma racionalidade instrumental, falham em perceber como se constroem a adesão e o investimento ontológico do agente em relação aos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, porém, Tilly, McAdam e Tarrow também deixam claro que as ações sociais dentro desses movimentos não são irracionais: “tal atividade é uma escolha estratégica entre outras feitas pelos atores quando é a resposta mais apropriada a seus recursos, oportunidades e restrições” (p.33).

Dessa forma, a questão da racionalidade em Tilly aparece como uma característica da ação política coletiva, sem que esta ação seja unicamente orientada pela *Zweckrationalität*. Além disso, os processos políticos de democratização, desdemocratização e de mudanças no grau da capacidade estatal (o que pode ser retraduzido parcialmente como o grau de monopolização dos meios de violência legítima) podem ocorrer para além da intencionalidade dos agentes envolvidos.

5. CARLES BOIX: REGIMES POLÍTICOS, DISTRIBUIÇÃO E RACIONALIDADE

A análise de Carles Boix em *Democracy and Redistribution* busca provar a relação existente entre democracia e baixos níveis de desigualdade econômica. A primeira tarefa dessa iniciativa é fazer a crítica da teoria de Lipset (1959) e Przeworski e Limongi, segundo

⁶ Podemos dar um exemplo brasileiro: o processo de desdemocratização iniciado pelo Golpe Militar de 1964 e acentuado nos anos seguintes foi consequência das iniciativas democráticas e redutoras da desigualdade sócio-econômica do governo de João Goulart – embora o real potencial democratizador dessas iniciativas seja objeto de debate até hoje – em um momento em que se havia verificado aumento significativo da população à qual era permitido o sufrágio. Ao mesmo tempo, parte significativa dos envolvidos no golpe não tinha em mente que o processo de desdemocratização se aprofundaria tanto e por tanto tempo. Alguns, inclusive, acreditaram estar defendendo a democracia contra a “ameaça comunista”, entendida por eles como uma forte possibilidade de desdemocratização existente durante o governo de João Goulart, ainda que, para essa defesa, fosse necessário suspender temporariamente a democracia (SKIDMORE, 2010). Assim, uma iniciativa democrática gerou contrapartidas desdemocratizadoras não-intencionais.

a qual há uma correlação positiva entre democracia e desenvolvimento econômico. Para Boix, entretanto, não é tanto o desenvolvimento econômico, mas os baixos níveis de desigualdade econômica e a alta mobilidade de capital em um dado país que levam a democracia a prevalecer, enquanto, nos países autoritários, verifica-se o processo contrário. Enquanto as diversas teorias da democracia e da democratização buscam relacionar esse processo a diversas condições sociais, a hipótese de Boix é de que é possível que tanto a democratização quanto a desdemocratização estejam relacionadas com apenas uma variável: distribuição de renda. A ideia básica de Boix é formar uma “teoria geral das transições políticas e da mudança de regime” (BOIX, 2003, p.10).

Ao desenvolver seus métodos de análise, Boix apresenta comprovação empírica sistemática de seu modelo. Ele examina regimes e conflitos políticos por meio de parâmetros econômicos, coletando dados sobre o período entre 1850 e 1990, a partir de evidências tanto quantitativas quanto qualitativas. É a partir desse material que Boix desenvolverá sua teoria da democracia. Segundo ele, um país é democrático quando:

(1) o legislativo é eleito através de eleições multipartidárias livres; (2) o executivo é eleito direta ou indiretamente em eleições populares e responde diretamente aos eleitores ou ao legislativo eleito de acordo com a primeira condição; (3) a maioria da população (mais precisamente, pelo menos 50% dos homens adultos) tem direito a voto (BOIX, 2003, p.66).

Percebe-se, então, uma identificação entre democracia e voto: “em uma democracia, todos os indivíduos votam (ou podem votar). Em uma ditadura, apenas as preferências de parte da sociedade são levadas em consideração para decidir a alocação final dos bens” (p.10). Não obstante, essas definições mantêm na penumbra uma série de questões relevantes, como o voto censitário e o direito de voto a mulheres ou minorias étnico-políticas.

Central ao longo de toda a análise, a categoria de “regime político” (que aparece como uma função do equilíbrio de poder entre os grupos e partidos em disputa) é definida como “um mecanismo empregado para agregar preferências individuais sobre a distribuição ideal de bens entre aqueles indivíduos governados por esse mecanismo institucional” (p.10). Nesses termos, um *regime* democrático tem maiores chances de se estabelecer e permanecer estável quanto mais baixa for a desigualdade econômica, uma vez que os detentores dos meios de produção apenas passam a preferir a democracia quando seus gastos com impostos forem menores do que os custos da repressão necessária para excluir a maioria da população. Retomando a crítica a Lipset, Przeworski e Limongi, Boix

argumenta que o “crescimento econômico atua como uma condição valiosa, mas nunca suficiente para assegurar um êxito democrático” (p.14). O crescimento econômico pode se aliar a uma ditadura onde quer que ele esteja, baseado em recursos específicos ao país ou em uma estrutura econômica altamente desigual, desconstruindo as teorias de Lipset, Przeworski e Limongi e da Modernização.

Buscando fortalecer a conexão causal entre baixa desigualdade e democratização, Boix argumenta que as mudanças no panorama constitucional de um país têm pouca importância para aumentar a estabilidade de um regime democrático, o que significa que o que sustenta a democracia não é a Constituição em si: “quando uma sociedade é suficientemente igualitária ou quando o capital é suficientemente móvel, a democracia prevalece, independentemente das regras [...] empregadas” (p.15). Em caso contrário, não há Constituição capaz de assegurar a democracia.

Dentro dessa teoria da forma de escolha dos regimes políticos, Boix cria um modelo para discutir os efeitos que os diferentes regimes políticos têm sobre os indivíduos, na medida em que esses indivíduos diferem entre si. Boix enxerga, pois, uma adequação entre interesses particulares e escolhas de regime político – e, como se pode verificar, escolha dos níveis de taxação (identificados com redistribuição): a democracia “se torna possível quando a desigualdade de condições entre os indivíduos, e, portanto, a intensidade de suas demandas redistributivas, cai ao ponto em que uma estratégia autoritária para bloquear a redistribuição deixa de ser atraente para os abastados” (p.19).

Boix constrói sua análise a partir de um modelo básico de estrutura econômica fundamentado na divisão entre dois tipos de indivíduos – ricos e pobres – e um modelo inicial de estrutura política baseado na distinção entre três tipos de regime – democrático, autoritário de direita e comunista. Esses dois modelos serão um pouco mais desenvolvidos ao longo da análise, com a incorporação da classe média à estrutura econômica e dos regimes democráticos limitados (nos quais apenas ricos e/ou a classe média votam) à estrutura política. Além disso, dois tipos de governos revolucionários passarão a ser diferenciados: “um no qual a classe média e os pobres expropriam os ricos e impõem um sistema democrático [...] e um comunista, no qual os pobres expropriam os ricos e a classe média” (p.47). Para o autor, todas essas formas de regime político dependem, em última análise, de quatro condições: “a extensão da desigualdade, o grau de mobilidade do capital, os recursos políticos das classes em luta para determinar o quadro constitucional do país e, em parte, a incerteza sobre as condições políticas” (p. 130).

Segundo Boix, a taxação muda de acordo com os quatro estados da vida política: democracia, comunismo, autoritarismo e guerra revolucionária. Na democracia, equilibram-se desigualdade e taxação. No comunismo, ocorrem, idealmente, a total expropriação dos bens dos ricos e sua total redistribuição. Nos regimes autoritários de direita, ocorre a exclusão da parcela pobre da população em relação ao processo de tomada de decisão; não ocorre redistribuição através dos impostos e os ricos realizam a repressão, cujos custos aumentam à medida que os pobres crescem e se mobilizam. As guerras, e particularmente as guerras civis e revolucionárias, “acontecem quando as partes em conflito têm diferentes visões sobre suas chances de vencer” (p.28) – a revolução ocorre, portanto, quando pobres e ricos mutuamente menosprezam as possibilidades de seus opositores de mobilizar violência.

Em virtude do baixo nível de desigualdade econômica, o sistema de sufrágio universal surge, assim, de maneira pacífica quando os ricos decidem não reprimir nenhuma classe, ainda que os custos da repressão sejam baixos. A democracia aparece então como uma decisão da elite *econômica*, que se expressaria – direta ou indiretamente – enquanto elite *política*, em função do cálculo dos custos da repressão (em caso de autoritarismo) e da redistribuição (em caso de democracia) – o que permitiria que escapassem da abrangência da análise os episódios de repressão existentes dentro de regimes democráticos.

A racionalidade calcada nos cálculos está presente, nessa análise, não apenas entre os “ricos”, mas também entre os “pobres”, os quais, em caso de desigualdade média, por exemplo, “não se revoltam porque eles sabem que, para os ricos reprimirem nessas circunstâncias, os custos da repressão devem ser baixos e que, portanto, uma revolução falharia” (pp.32-3). Além disso, “os pobres não irão se rebelar se o ganho esperado com a revolta for inferior ao valor da aceitação de um regime autoritário” (p. 34). Boix introduz, então, a classe média na sua análise, colocando que, para essa classe, o regime ideal seria o da democracia restrita. A escolha dessa classe entre um regime autoritário ou uma democracia universal dependerá de sua renda estar abaixo (mais favorável à democracia) ou acima (mais favorável à autocracia) da média, o que determinaria a aliança entre classes.

Embora o desenvolvimento econômico por si só não seja condição suficiente para a democracia, “onde quer que os interesses comerciais e manufatureiros dominem e sejam suficientemente protegidos da ameaça de expropriação ou taxação excessiva, a democracia é eventualmente estabelecida” (p.41). Dessa forma, o formato do desenvolvimento econômico é uma parte importante da formação da democracia, embora, como também

aponta a Teoria da Modernização, Boix observa que existe uma “forte associação entre estabilidade democrática e o nível de renda *per capita*” (p.128).

Até o quinto capítulo de *Democracy and Redistribution*, as elites políticas (que Boix trata como sinônimo de políticos profissionais) desse modelo teórico carecem de autonomia em relação àqueles representados por elas. Mas isso, apesar de oferecer *insights* analíticos ao longo do texto, acaba sendo reformulado no sexto capítulo, quando se passa a considerar que as elites políticas podem e costumam utilizar a desigualdade nos níveis de informação e a falha nos mecanismos de controle disponíveis aos seus representados para realizar objetivos que são alheios a estes. Isso faz com que surjam conflitos verticais entre os cidadãos e seus representantes, além dos já existentes conflitos horizontais entre os indivíduos, partidos políticos e grupos sociais. As elites políticas aqui são tomadas como os grupos e indivíduos que controlam o aparelho estatal dentro da própria arena do Estado. Elas têm interesses próprios que coincidem parcial ou totalmente com o interesse dos atores sociais que elas representam. A capacidade dos políticos de utilizar o setor público em seu próprio proveito, todavia, depende da natureza dos ativos, das instituições públicas e das políticas que se têm como objetivo e suas consequências no bem-estar da população, bem como do nível de informação que os cidadãos podem obter sobre o Estado.

Também em Boix, a racionalidade aparece, ainda que apenas de maneira implícita, tanto entre os responsáveis pelos processos de tomadas de decisão política, quanto nos eleitores – no caso de uma democracia – ou aqueles afastados do processo decisório – no caso de governos autoritários de direita. Entretanto, a separação mais importante para Boix no que diz respeito à democracia não se dá entre políticos profissionais e eleitores (ainda que esta seja bastante presente e mesmo central em alguns momentos da análise), mas entre “ricos”, “pobres” e “classe média”, sendo que o papel desta última varia de acordo com o nível de desigualdade e dos custos da repressão. Mesmo assim, a ação política dos ricos, da classe média e dos pobres se encontra, na análise de Boix, marcada por alguma medida de racionalidade: os ricos calculariam os custos da repressão para decidir a forma de governo; os pobres calculariam a relação entre custos e ganhos antes de se empenhar em uma luta pela democratização ou por uma revolução; a classe média decidiria a quem se aliar na disputa entre ricos e pobres tendo em mente o quanto eles possuem na situação, o quanto eles ganhariam por se aliar a um ou ao outro lado da disputa e o quanto essa aliança lhes custaria.

6. CONCLUSÕES

A racionalidade, de fato, não constitui categoria analítica adotada pelos autores aqui estudados. Não obstante, a ideia de racionalidade, tal como discutida ao longo do artigo, permanece no subtexto das três obras aqui examinadas. Ela aparece como pressuposto, estruturando as análises empreendidas pelos autores, sustentando a ideia de que existe certa adequação entre meios e fins, levando em consideração os desejos e crenças, na ação política. O grau dessa adequação e a importância da racionalidade na escolha dos agentes, entretanto, parecem variar entre os autores.

Em Spruyt, a racionalidade está diretamente ligada à ideia de intencionalidade – sempre no subtexto. O Estado moderno, isto é, o Estado soberano territorial, foi construído a partir da *ratio* de agentes e grupos interessados naquilo que essa formação política pode oferecer. Na análise de Spruyt, tais grupos e agentes tiveram a intenção consciente de produzir o Estado moderno. O Estado moderno aparece como uma construção racional e, principalmente, como uma construção intencional.

Portanto, em Spruyt, o Estado moderno não é um produto quase acidental do desenvolvimento histórico. Ele foi escolhido conscientemente pelos agentes que o construíram, que o enxergaram como a melhor forma de fazer valer seus interesses e desejos. Em outras palavras, o Estado moderno, quando comparado às outras formas disponíveis de associações políticas (ligas de cidades e cidades-estados), apresentava uma melhor adequação tanto às finalidades quanto aos valores, crenças e desejos das coalizões políticas cujas ações levaram, intencionalmente – ao menos dentro do argumento de Spruyt –, à sua formação.

Tilly, por sua vez, ao tratar das questões da democratização, desdemocratização e capacidade estatal, não as coloca como produtos diretos intencionais dos agentes envolvidos nesses processos, mas tampouco as trata como sendo produtos não-intencionais. Tilly põe em cena a *ratio* dos agentes e grupos políticos que participam desses processos, mas não atribui exclusiva *Zweckrationalität* às suas ações. A racionalidade presente nas ações de agentes e grupos que tomam parte nos processos de democratização e desdemocratização se encontra muito mais próxima da definição aqui apresentada do que da *Zweckrationalität*. Não obstante, embora a ideia de racionalidade esteja presente em diversos momentos da análise, ela não chega a emergir, no texto estudado, como uma categoria bem-definida em torno da qual a análise se situa. Se Spruyt atribui a construção do moderno Estado soberano territorial à ação consciente, racional e intencional de agentes e grupos políticos, Tilly, por outro lado, atribui racionalidade à ação desses agentes e

grupos, sem, todavia, situar os processos de democratização e desdemocratização como processos racionalmente guiados.

Boix, por sua vez, coloca o tipo de regime político de um Estado como um produto racional e político. Em seu modelo analítico, as preferências políticas individuais são determinadas pela posição dos agentes na estrutura econômica (ricos, classe média ou pobres), deixando pouco ou nenhum espaço para os agentes escolherem diferentemente. Indo além, ainda que o tipo de regime político de um Estado dependa da correlação de forças entre as classes, ele é um produto da escolha racional. Isso porque, segundo tal análise, elas selecionam o melhor formato de regime de acordo com sua condição econômica – cabe lembrar que Boix recebe bastante influência da Teoria dos Jogos, a qual “pode ser definida como o estudo dos modelos matemáticos de conflito e cooperação entre decisores racionais e inteligentes” (MYERSON, 1997, p.1), ainda que realize algumas críticas a ela.

A racionalidade dos agentes dentro da análise de Boix permeia, como vimos, todos os níveis da escolha de regime político. Se em Tilly os agentes apresentam racionalidade em suas estratégias na ação política coletiva, ainda que os processos de democratização e desdemocratização não sejam produto da *ratio* dos agentes, em Boix todo o processo político encontra uma relação direta com o cálculo dos grupos e agentes políticos, determinados por sua situação de classe: estes escolhem conscientemente o melhor regime político de acordo com seus interesses e valores, os quais estão ligados à classe à qual pertencem; suas capacidades de disputa e mobilização dos recursos disponíveis para transformação ou manutenção do regime são apresentadas por Boix como objeto dos cálculos por eles realizados sobre a possibilidade de sucesso, os custos da disputa e os possíveis ganhos a serem obtidos.

Dessa maneira, observamos que a questão da racionalidade na ação política varia de autor para autor, não obstante ela esteja presente como pressuposto da própria ação política. Para Spruyt, a construção do Estado soberano territorial moderno contou com a intencionalidade dos agentes em garantir uma estrutura política capaz de satisfazer seus interesses. Para Tilly, os processos de democratização e desdemocratização não são o produto direto da escolha racional e intencional, mas a ação política aparece dentro de um quadro estratégico assumido pelos grupos e agentes interessados no processo. Finalmente, em Boix a racionalidade aparece, primeiro, relacionada à situação econômica (isto é, à condição de classe, da qual depende a escolha do regime político desejável para cada classe)

e, segundo, atrelada ao cálculo dos agentes em relação aos custos da disputa, os possíveis ganhos e as chances de serem bem-sucedidos em sua empresa.

Esperamos, ao final deste artigo, ter esboçado, a partir da noção de racionalidade – elemento imprescindível ao pensamento moderno –, um argumento capaz de analisar alguns pontos centrais do pensamento dos três autores em foco, observando como diferentes formas de lidar com a questão da racionalidade dos agentes é fundamental à argumentação e à análise estabelecidas nesses trabalhos. A ideia aqui foi menos opô-los (ou, ao contrário, conciliá-los) do que evidenciar como as diferenças nas formas de pensar a racionalidade dos agentes sociais dentro de processos específicos relacionados à arena do Estado moderno constituem um elemento marcante e distintivo em cada uma das obras supracitadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOIX, C. 2003. *Democracy and Redistribution*. Nova York: Cambridge University.

ELIAS, N. 1995. *O Processo Civilizador – Volume 1: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. 1993. *O Processo Civilizador – Volume 2: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FEREJOHN, J.; PASQUINO, P. 2001. “A Teoria da Escolha Racional na Ciência Política: Conceitos de racionalidade em teoria política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16, n.45, pp.5-23. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4328.pdf>>. Acesso em 20 Mai. 2013.

GIDDENS, A. 2009. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

HIGGINS, S. S. 2011. “O Estudo dos Efeitos Não Intencionais da Ação Intencional na Teoria Sociológica”. *Sociologias*. Ano 13, n.28, pp.258-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v13n28/09.pdf>>. Acesso em 06 Nov. 2013.

LEVINE, D. N. 2005. “The Continuing Challenge of Weber’s Theory of Rational Action”. In: CAMIC, C.; GORSKI , P. S. (orgs.). *Economy and Society at 2000*. Stanford: Stanford University.

LIPSET, S. M. 1959. "Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy". *American Political Science Review*. Vol.53, n.01, pp.69-105.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. 2009. "Para Mapear o Confronto Político". *Lua Nova*. São Paulo, n. 76, pp.11-48. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a02>>. Acesso em 3 Jun. 2013.

MERTON, R.K. 1936. "The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action". *American Sociological Review*. Vol. 1, n. 6, pp.894-904. Disponível em: <<http://www.d.umn.edu/cla/faculty/jhamlin/4111/Readings/MertonSocialAction.pdf>>. Acesso em 06 Nov. 2013.

MYERSON, R. B. 1997. *Game Theory – Analysis of Conflict*. Cambridge: Harvard University.

PRZEWORSKI, A.; LIMONGI, F. 1997. "Modernization: Theories and Facts". *World Politics*. Vol.49, n.02, pp.155-183.

ROSAS, A. 2007. "Mecanismos, Processos e Democracia: a sociologia histórica de Charles Tilly e a história breve mas turbulenta de um lago." *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, III Série, vol. 8, pp. 481-496. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3369.pdf>>. Acesso em 1 Jun. 2013.

SPRUYT, H. 1996. *The Sovereign State and Its Competitors: an analysis of systems change*. Princeton: Princeton University.

SKIDMORE, T. E.. 2010. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras.

TILLY, C. 2007. *Democracy*. Nova York: Cambridge University.

_____. 2010. *Democracia*. Madri: Akal.

WEBER, M. 2000. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, vol.1*. Brasília: UNB.

_____. 1982. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara.